Educação escolar na contemporaneidade: o construtivismo e a concepção liberal de desenvolvimento da “natureza humana”

SAULO RODRIGUES CARVALHO*

Resumo: Neste texto apresentamos uma discussão a respeito da proximidade entre a compreensão de homem do construtivismo e a concepção liberal de “natureza humana”. A finalidade de nosso estudo consiste na identificação de elementos constitutivos da epistemologia construtivista que coadunam com a compreensão de “natureza humana” do liberalismo clássico. A compreensão construtivista que repousa o desenvolvimento cognitivo sobre uma base majoritariamente biológica, pautado pelos processos de adaptação, daria suporte para a concepção liberal de uma “natureza humana”, uma vez que tanto para o liberalismo, quanto para o construtivismo, o indivíduo é quem constrói o seu conhecimento. Desta forma encontramos na epistemologia construtivista uma concepção de “natureza humana” favorável à adaptação dos indivíduos a realidade posta, o que em dados aspectos corrobora com a visão liberal de homem, propenso a relações econômicas adaptativas à “mão invisível do mercado”. Entretanto, a teoria construtivista de aprendizagem presente hoje nas escolas daria suporte pedagógico às políticas neoliberais agindo na perspectiva da desvalorização dos conhecimentos científicos priorizando os saberes cotidianos mais pertinentes aos processos de adaptação.

Palavras chave: Educação; Marxismo; Construtivismo; Liberalismo.

School education in contemporary society: constructivism and the liberal conception of development of "human nature"

Abstract: In this paper we present a discussion about the proximity of the man understanding of constructivism and the liberal conception of "human-nature". The purpose of our study is the identification of constituent elements of constructivist epistemology that are consistent with the understanding of "human-nature" of classical liberalism. The constructivist understanding cognitive development that rests on a largely biological basis, guided by the processes of adaptation, would provide support to the liberal conception of "human-nature", since both for liberalism, and to constructivism, the individual who will build your knowledge. Thus we find in constructivist epistemology a conception of "human nature" favorable to the adaptation of individuals for reality at which corroborates with the liberal view of man, prone to adaptive economic relations to the “invisible hand of the market”. However, the constructivist theory of learning in schools today give support teaching to neoliberal policies in view of the devaluation of scientific prioritizing the everyday life knowledge most relevant to the processes of adaptation.

Key words: Education; Marxism; Constructivism; Liberalism.

* **SAULO RODRIGUES CARVALHO** é Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/ ICSEZ- Parintins-AM. Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista UNESP/FCL – Araraquara-SP.

Introdução

Há algum tempo o construtivismo tem sido visto como uma teoria inovadora no campo educacional apresentando-se como grande opositor dos métodos tradicionais de ensino e postulando um tipo de ensino-aprendizagem mais espontâneo e condizente com uma sociedade livre e democrática. Aponta que a inteligência é resultado de um processo biológico de adaptação do homem à realidade, no qual a partir da sua relação prática e objetiva com a realidade os indivíduos constroem o seu conhecimento, num intrincado processo de assimilação e adaptação. Dessa forma seria evidenciado pelos teóricos do construtivismo a insuficiência e os malefícios do ensino baseado na transmissão de conhecimentos à aprendizagem dos sujeitos.

Observando a tamanha repercussão que a teoria construtivista gerou em torno de si no que cabe à natureza do conhecimento e a função do ensino, apresentamos uma discussão a respeito das proximidades da concepção de aprendizagem entre Construtivismo e Liberalismo para em seguida realizarmos um debate a respeito da função do ensino e das possibilidades emancipatórias da educação escolar.

No primeiro tópico trazemos para o debate uma das teses centrais do Construtivismo, a de que os sujeitos constroem o conhecimento, apoiando-nos nos estudos de Delval (1998) e em escritos do próprio Piaget (1998)

Jean Piaget (1896-1980)

apresentamos uma síntese da concepção de aprendizagem no construtivismo confrontando-a com a concepção de “natureza humana” presente no pensamento liberal clássico e neoliberalismo (HAYEK 2009, LIMA 2007).

No tópico seguinte destacamos as possibilidades emancipatórias da educação escolar

resgatando seu desenvolvimento histórico e observando seus aspectos contraditórios, nos subsidiando pelas categorias de trabalho, alienação e contradição do materialismo dialético (MARX e ENGELS, 1965). Apoiados nos estudos de Giardinetto (1999) e Martins (2007) defendemos a educação escolar como atividade privilegiada para superação da alienação do conhecimento.

Proximidades entre Construtivismo e Liberalismo.

O construtivismo tornou-se hoje uma das principais correntes pedagógicas – apesar de não se identificar como uma, apresentando-se muitas vezes como “**posição epistemológica**” Delval (1998) – que predomina nos processos educativos, tanto informais, como formais. Um dos principais corolários da tese construtivista é de que o sujeito cognoscitivo¹ constrói o conhecimento e que, portanto, cada sujeito tem de

¹ Segundo Delval (1998) para o construtivismo, o ser humano nasce com a capacidade de aprender, neste sentido, o sujeito cognoscitivo significa o ser que aprende o que tem essa capacidade de aprender.

construir seus próprios conhecimentos sem que haja transmissão de conhecimentos já construídos por outros (Delval, 1998). A teoria construtivista busca explicações sobre os processos cognitivos que ocorrem no interior do sujeito. A pesquisa construtivista consiste em constatar e encontrar as condições que tornam possíveis o desenvolvimento cognitivo internamente permitindo a construção do conhecimento.

Como fundamento, a epistemologia gerada por Piaget procura explicar a gênese do conhecimento por meio de esquemas do desenvolvimento biológico. Defende que o sujeito passa por várias etapas de desenvolvimento da aprendizagem que se iniciam no nascimento e terminam na adolescência. Deste modo a aprendizagem resulta da necessidade da adaptação do indivíduo, seguindo, por assim dizer um processo de equilíbrio entre a assimilação e a acomodação.

(...) Os esquemas de ação e pensamento, bem como as estruturas da inteligência desenvolvem-se movidas pela ação recíproca e complementas entre, por um lado, o esforço feito pelo sujeito cognoscente na direção da assimilação do objeto de conhecimento às suas estruturas e esquemas mentais e, por outro lado, a resistência que o objeto pode oferecer a essa assimilação, gerando a necessidade de reorganização espontânea dessas estruturas e esquemas mentais para que as mesmas se acomodem às características do objeto. (DUARTE, 2007, p.8)

Nessa perspectiva, as atividades que desenvolvem o conhecimento são aquelas em que o indivíduo realiza espontaneamente a construção de sua educação. A educação escolar baseada

na transmissão do conhecimento seria neste ponto vista prejudicial à formação dos indivíduos, já que não possibilitariam ao indivíduo a ação espontânea de conhecer, definido por Piaget como propriamente um **método de pesquisa**.

Também a formação humana dos indivíduos é prejudicada quando verdades, que poderiam descobrir sozinhos, lhes são impostas de fora, mesmo que sejam evidentes ou matemáticas: nós os privamos então de um método de pesquisa que lhes teria sido bem mais útil para a vida que o conhecimento correspondente. (PIAGET, apud DUARTE 2007, p.9)

Destarte, é mais importante para o construtivista que as atividades escolares tenham correspondência com as atividades cotidianas do aluno, uma vez que o espaço privilegiado para o tipo de aprendizagem espontânea seja o cotidiano, capaz de propiciar um **método de pesquisa** mais útil para a vida do que o conhecimento escolar transmitido pelo professor.

Deste apanhado sobre a teoria construtivista, embora careça de maior aprofundamento, podemos enxergar algumas aproximações com a visão liberal de desenvolvimento humano. A maneira como é encarado o desenvolvimento individual desconsiderando todo o processo de desenvolvimento sócio-cultural é uma marca indelével da doutrina liberal e presente no corolário construtivista.

Diversos pensadores do liberalismo buscaram identificar uma “natureza humana”, a qual os economistas sintetizaram como o “*Homo economicus*”, isto é, uma natureza humana marcada por um sentimento inerente de ação utilitarista e o individualismo. Adam Smith foi um dos

economistas clássicos que procurou conciliar o sentimento “**egoísta particular**” com a capacidade natural de participar e perfilar a condição do outro, por meio de um sentimento involuntário de simpatia constituindo uma sociabilidade fundada nas ações do indivíduo, que realiza o interesse geral no momento em que busca realizar seus próprios interesses, gerando um equilíbrio harmônico social.

De Adam Smith até os últimos representantes do neoliberalismo predomina o eixo estrutural da liberdade individual, radicado no processo produtivo, no qual a ação consciente e egoísta dos agentes econômicos individuais não provoca uma desordem generalizada na economia, já que no livre jogo do mercado, da oferta e da procura, “a mão invisível” se encarregaria de equacionar este problema. Para a doutrina liberal, a noção de mercado é o eixo das relações sociais, o motor da organização social. (LIMA, p.46, 2007)

Nesta perspectiva Piaget (1998) concebe o desenvolvimento infantil como um processo natural de colaboração e ajuda recíproca, defendendo com isso o trabalho em grupo como forma de “**educação intelectual**”, que por sua vez tende a adaptar o “**egocentrismo inconsciente**” do indivíduo as exigências da coletividade.

A teoria piagetiana concebe o desenvolvimento cognitivo como um processo seguido de etapas perpassadas por mudanças ordenadas e previsíveis. O indivíduo se desenvolve a partir da interação com o ambiente, para assim, construir suas estruturas mentais. A interação para com o meio ambiente acontece sob a ordenação dos processos de organização interna e de adaptação

ao meio. Nesta perspectiva, uma propensa cooperação espontânea conduz o organismo a construir o próprio conhecimento. De tal modo, deve-se levar em conta o nível evolutivo do aluno, assim as assimilações mentais determinam os limites de aprendizagem do sujeito, ou aquilo que o sujeito pode fazer.

O que queremos demonstrar até aqui é que repousa sobre uma concepção natural e espontânea do desenvolvimento humano e da sua sociabilidade tanto os ideais do liberalismo quanto a teoria construtivista. Portanto, ambos defendem o desenvolvimento natural do indivíduo calcado nas iniciativas e interesses individuais. Tal aproximação coloca o construtivismo não só em acordo com o ideário liberal democrático, mas também como uma expressão da hegemonia desse pensamento. Como podemos ver no comentário de Piaget (1998) a respeito dos métodos de trabalho em grupo:

Esses ensinamentos, não podem nos deixar indiferentes quanto à formação de cidadão livres numa democracia sadia. Em todos os lugares onde as tentativas foram realizadas com seriedade, seus resultados foram os de reforçar o espírito de comunidade como o sentido de liberdade responsável. É muito interessante, em particular, notar que certos Estados totalitários perceberam tão claramente as vantagens de alguns desses procedimentos educativos que empregaram certos aspectos destes para reforçar os movimentos de juventude. Seria, por certo, lamentável que a mais velha das democracias não compreendesse o proveito que disso se pode tirar – e de uma maneira ainda mais direta – para a educação da liberdade e do

próprio espírito democrático.
(PIAGET, 1998, p. 159)

Para o principal fundador do construtivismo, os métodos educativos em concordância com sua teoria, deveriam preparar os indivíduos para a vivência na liberdade e no mundo democrático. Entretanto, a liberdade e a democracia de que Piaget nos fala é propriamente a liberdade e a democracia liberal. Destarte, a formação que se almeja nessa concepção, privilegia a iniciativa individual e um tipo de conhecimento espontâneo adquirido em atividades de interesses particulares.

É preciso que o estudante faça pesquisas por conta própria, possa experimentar, ler e discutir com uma parcela de iniciativa suficiente e não aja simplesmente por encomenda. Certos ramos do ensino só teriam a ganhar com isso: aprende-se muito melhor a manejar a língua materna fazendo trabalhos pessoais do que memorizando a gramática, e haveria muito mais alunos que compreenderiam a matemática se pudessem fazer experimentos sobre problemas reais (de física elementar, de geometria concreta e ligada a construções materiais) como as próprias ciências fizeram no Egito e no Oriente antes que os Gregos descobrissem a dedução abstrata. E no plano abstrato, talvez os grandes aprendessem muito melhor a manejar a razão se lhes permitissem descobrir as demonstrações lógicas em vez de ensiná-las a eles.
(PIAGET, 1998, p.156)

A respeito disso, as reflexões de Hayek sobre o uso do conhecimento na sociedade contemporânea, apontam para a supervalorização dos conhecimentos práticos, realizando uma dura crítica ao saber científico. De maneira geral ele aparenta estar em acordo com as

afirmações de Piaget sobre a formação dos indivíduos:

Hoje é quase uma heresia sugerir que o conhecimento científico não corresponde à totalidade do conhecimento. Mas um pouco de reflexão irá mostrar que, sem sombra de dúvida, existe um corpo importantíssimo de conhecimento desorganizado que não pode ser chamado de científico, entendendo “científico” como o conhecimento de certas regras gerais: o conhecimento de certas circunstâncias particulares de tempo e lugar. É em relação a isso que praticamente todo indivíduo tem alguma vantagem comparativa em relação a todos os outros, pois ele possui informações únicas sobre que tipos de usos benéficos podem ser feitos com certos recursos; usos estes que só acontecerão se a decisão de como utilizá-los for deixada nas mãos desse indivíduo ou for tomada com sua cooperação ativa. Basta apenas lembrarmos o quanto precisamos aprender em qualquer profissão depois de termos completado nossa formação teórica, quão grande é a parte da nossa vida profissional em que passamos aprendendo habilidades específicas, e quão valioso, em todas as circunstâncias da vida, é o conhecimento das pessoas, das condições locais e de certas circunstâncias especiais. Conhecer e saber operar uma máquina que não estava sendo adequadamente explorada, ou a habilidade de alguém que poderia ser mais bem aproveitada, ou estar consciente de um excedente de reservas que pode ser usado durante uma interrupção temporária do fornecimento, é tão útil socialmente quanto o conhecimento das melhores técnicas alternativas. O transportador que ganha sua vida descobrindo como melhor aproveitar seu espaço de carga que

ficaria vazio, o agente imobiliário cujo conhecimento consiste quase exclusivamente em encontrar oportunidades temporárias, ou o *arbitrageur*, que lucra a partir das diferenças locais entre os preços de certos bens – todos eles realizam trabalhos eminentemente úteis que são baseados em um conhecimento especial das circunstâncias de um momento fugidio, desconhecido por outros. (HAYEK, 2009, p.3)

Friedrich Hayek (1899-1992)

Com essa afirmativa Hayek (2009) faz uma comparação valorativa entre os conhecimentos práticos e os conhecimentos científicos e, assim como Piaget, configura um *status* de maior utilidade social, para os conhecimentos adquiridos pela prática. Ambos corroboram com uma visão utilitarista da aprendizagem, considerando como mais verdadeiro o conhecimento adquirido pela prática do indivíduo motivado pelos por interesses particulares que circundam essa prática.

Para Piaget o processo de aprendizagem é um atributo exclusivo do indivíduo e que, por esse motivo, **“as únicas verdades reais são aquelas construídas livremente e não aquelas recebidas de fora”** (PIAGET, 1998, p.166), portanto a educação escolar deveria centrar-se no interesse do aluno, não mais ensinar, mas ajudá-lo a construir o seu próprio conhecimento. Tal assertiva se ajusta corretamente ao ideário neoliberal, onde o conhecimento também deriva do interesse individual, neste prisma a escola igualmente deve

parar de se preocupar em ensinar conteúdos prontos, para preparar os indivíduos à buscarem seus próprios conhecimentos, necessários a tomada de decisões nas “circunstâncias particulares de tempo e lugar”.

Nas duas perspectivas o conhecimento se apresenta delimitado as circunstâncias

imediatamente postas, a educação nesse sentido

configura-se numa ação meramente adaptativa, de aprender o necessário para sua sociabilidade, para a resolução dos seus problemas práticos do cotidiano, todavia, os problemas que se apresentam no cotidiano, não são frutos exclusivos de uma estranha casualidade, outrora são determinados por fatores históricos sociais erigidos no conflito político da sociedade de classes capitalista. Deste modo, trataremos sob esse foco a relação entre o conhecimento escolar e as possibilidades de emancipação humana no próximo item deste artigo.

Educar para além do capital

A educação é um fenômeno essencialmente humano que surge da construção histórica e social da ação do homem sobre a natureza. O ser humano é parte constitutiva da natureza, porém ao contrário dos outros animais, o seu desenvolvimento ultrapassa os limites da evolução biológica das espécies, para criar um tipo de desenvolvimento humano-genérico.

Tal desenvolvimento apenas se torna possível mediante a atividade transformadora que possibilita assim a

criação de um “corpo inorgânico”, capaz de conferir ao homem desdobramentos distintos do plano biológico. Segundo Marx (1965) o trabalho se coloca na centralidade da atividade humana, ele é a própria atividade vital, que mediante a utilização de instrumentos, intencionalmente transforma a natureza.

Deste modo o trabalho não é uma condição inata, ou um produto da natureza biológica, este é tão somente fruto do desenvolvimento histórico social e apenas possível de se realizar sob essas circunstâncias. Sendo assim, o trabalho só pode existir em relação a um determinado complexo social e como não nos é possível chegar ao trabalho por meio de uma “natureza instintiva”, foi preciso ao homem perpetuar essa atividade e os produtos dela mediante a transmissão de conhecimentos.

A história é apenas a sucessão das várias gerações, cada uma explorando os materiais, o capital, as forças produtivas, que lhes são transmitidas por todas as gerações precedentes. Assim, cada geração continua, de um lado, a atividade que lhe é transmitida, mas em circunstâncias radicalmente modificadas por uma atividade radicalmente transformada; essa verdade é deturpada pela especulação de tal modo que a história recente se torna a finalidade da história antiga (...) (MARX, 1965, p.44)

Contudo, não é a sociedade que determina o trabalho, senão o trabalho que caracteriza a transformação do homem meramente biológico em um ser social. Dessa forma, quanto mais desenvolvido for o trabalho, mais os indivíduos se deslocam da sua relação com a natureza e mais complexas se tornam as relações sociais. O estágio das forças produtivas atingido pelos

seres humanos culminou num ponto onde a universalização do conhecimento se tornou uma necessidade para a própria continuidade do modelo produtivo.

Diante desse quadro surge a escola como uma instituição que na sociedade capitalista cumpre uma função contraditória. Por um lado a escola, por sua natureza, tende a universalizar os conhecimentos acumulados historicamente pela ação transformadora sobre a natureza e, de outro lado tende a reproduzir o modelo produtivo fundado na exploração do homem.

A escola não foi simplesmente criada pelo capital pra servir-lhe, mas foi criada pelo próprio processo de desenvolvimento do conhecimento humano e da vida humana de modo geral. Interessante verificar, entretanto, que assim como o sistema capitalista fez criar, dados seus interesses, a necessidade de escolarização para todos, o fez em condições adversas para a maioria dos indivíduos, nos limites mínimos para a formação de uma mão-de-obra minimamente qualificada. (GIARDINETTO, 2006, p.90)

Nessa perspectiva a escola torna-se um produto histórico-social que no cerne de suas atividades possibilita aos indivíduos de se apropriarem dos conhecimentos mais desenvolvidos da humanidade. Assim, para situar-se na sociedade é necessário ao ser social passar por um longo processo de escolarização apropriando-se das “objetivações genéricas para-si”.

A educação escolar propriamente dita, trás consigo especificamente um processo de intelectualização do homem. Por sua natureza sistemática a educação escolar possibilita o conhecimento sobre a totalidade do

processo histórico-social. Desse modo, abre brechas para a compreensão do processo transformador do trabalho e da sua característica alienante na forma capitalista.

Por outro lado é preciso observar que o acesso às “objetivações para-si” por meio do ensino escolar, não significa exatamente a superação da alienação, já que a alienação é produto do trabalho excedente apropriado particularmente pelo proprietário dos meios de produção. Para isso seria preciso, no entanto, uma nova organização social, como afirma Martins:

Para Marx, apenas em uma ordem social sem propriedade privada, resultará possível o completo e livre desenvolvimento do homem, posto que nas condições de alienação as capacidades humanas, bem como as possibilidades para o seu desenvolvimento, reprimem-se e deforma-se, uma vez que tais condições obliteram a efetiva utilização de todas as suas forças criadoras. (MARTINS 2004, p.62)

Então, qual seria o papel da escola, já que não pode efetivamente superar o processo de alienação da sociedade? O ensino escolar não pode superar a alienação, pois o mesmo está condicionado por tais processos. Entretanto, é por meio do conhecimento escolar que encontramos apontamentos para a superação dessa situação. Sem superar o capital é impossível de se superar a alienação, contudo, para criação de uma nova ordem é imprescindível a formação de novos homens e nesse aspecto a educação escolar ocupa um espaço privilegiado na transformação da sociedade.

Primeiramente, precisamos ter claro que a superação das estruturas alienadas e alienantes não é tarefa exclusiva da educação escolar, posto o quanto ela se encontra

condicionada por tais estruturas. Entretanto, como afirma Saviani (1984), existe uma relação dialética entre educação e sociedade, na qual o elemento determinado influencia o elemento determinante e, assim sendo, a educação (ainda que elemento determinado) tem um papel fundamental no processo de construção e transformação da sociedade. Deste modo, não se trata de denegar os condicionantes que incidem sobre a educação escolar, bem como não se trata de vitimá-la por seus limites, trata-se, outrossim, de formar por esta via sujeitos ativos capazes de dar direção à vida para além dos estreitos limites do individualismo. (MARTINS, 2004, p.63)

A educação escolar potencialmente possui elementos que contribuem para descaracterizar a concepção individualista do desenvolvimento social. Por meio, do ensino sistêmico e elaborado fica cada vez mais difícil esconder a totalidade histórico-social do desenvolvimento humano, o que torna cada vez mais impraticável a negação da necessidade de transformar a sociedade.

Considerações finais

Participando hoje como uma das principais concepções de educação que orientam as tendências pedagógicas governamentais, o construtivismo comparece às escolas levando uma perspectiva de ensino centrada no individualismo e naturalismo do aprender. Tal concepção corrobora com a visão liberal de “natureza humana”, uma vez que para ambos são os interesses individuais que são responsáveis pela educação dos indivíduos. A escola se volta para a atenção aos interesses individuais e particulares de cada um, reproduzindo deste modo os interesses do neoliberalismo.

Quando a educação escolar volta seus objetivos para a vida cotidiana, pautada nos interesses particulares, ela passa a limitar o conhecimento para a vivência do imediatamente posto, ou seja, para a adaptação dos indivíduos à condição de alienação e exploração do trabalho, existentes na sociedade capitalista. Numa perspectiva sócio-histórica, os interesses particulares dos indivíduos são constituídos por um conteúdo histórico social, significa que os interesses individuais são constituídos em acordo com os interesses sociais predominantes. Na sociedade de classes os interesses que predominam são os interesses das classes que dominam materialmente. Deixar a educação dos indivíduos a mercê dos desejos singulares e das necessidades cotidianas, é formar ideologicamente pessoas que sejam capazes de se adaptar e conformar às situações de dominação e exploração.

No sentido oposto destacamos o papel privilegiado da escola como um espaço de humanização e socialização do conhecimento. A escola por sua natureza sistêmica e científica tende a gerar cada vez mais um entendimento sobre os processos históricos e sociais do desenvolvimento humano e sobre a totalidade das relações sociais. O saber elaborado, portanto, torna-se um atributo indispensável para a formação humana direcionada à transformação das relações sociais.

O acesso a escola por parte da classe trabalhadora possibilita de certo modo a superação de uma concepção “fantasiosa” da realidade, compreendendo o papel do homem na transformação da natureza e construção da história. É por meio do conhecimento elaborado que é possível

desenvolver uma visão de mundo menos mítica e folclórica, auxiliando na constituição posições teleológicas mais próximas das possibilidades reais de transformação e emancipação humanas.

Referências

- DELVAL, J. *Teses sobre o construtivismo*. In: RODRIGO, M. J. & ARNAY, J. (Orgs). *Conhecimento cotidiano, escolar e científico*. São Paulo: Ática, p.15- 39, 1998.
- DUARTE, N. *O debate contemporâneo das teorias pedagógicas*. Araraquara: Editora UNESP, 2007 (no prelo).
- GIARDINETTO, J. R. B. *Sujeitos, escola e produção de conhecimento: a pedagogia histórico-crítica subsidiando a reflexão da questão cultural na educação escolar*. In: MENDONÇA, S. G de L. e MILLER, S. (orgs). *Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas*. Araraquara: Junqueira&Marin, p.85-121, 2006.
- HAYEK, F. A. *O uso do conhecimento na sociedade*. Site: Ordem Livre.org: liberdade individual, paz e livre mercado. Disponível on line em: <<http://www.ordemlivre.org/node/356>> acesso em: 3 jan 2009.
- LIMA, M.J.C. *Neoliberalismo e Educação*. Revista *Studia Diversa*. Vol.1, Nº1, outubro de p.44-61, 2007.
- MARTINS, L. M. “Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências”. In: DUARTE, Newton. (org) *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, p.51-73, 2004.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- PIAGET, J. *Observações psicológicas sobre o trabalho em grupo*. In: PARRAT, S e TRIPHON, A. *Sobre a pedagogia: textos inéditos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 137-167, 1998.
- SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2005.